



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 153

**CAMPONESES, DONOS DE ENGENHOS E ESCRAVOS NA
REGIÃO DO ACARÁ NOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Rosa Elisabeth Acevedo Marin

Belém, Outubro de 2000

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 153

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CAMPONESES, DONOS DE ENGENHOS E ESCRAVOS NA REGIÃO DO ACARÁ NOS SÉCULOS XVIII E XIX*

Rosa Elizabeth Acevedo Marin**

Resumo:

Nas terras próximas de Belém, no denominado Baixo Acará, organizou-se no século XVIII uma economia agrária que girou em torno do mercado da cidade. A produção de cana estimulou a montagem de modestos engenhos, trabalhados por um pequeno número de escravos (entre 4 e 25). Os *lavradores* constituem o universo mais heterogêneo. Através do estudo historiográfico destes últimos tenta-se responder sobre as formas camponesas, categoria que se reveste de complexidade na análise teórica.

Palavras-chave: Camponeses. Escravos. Donos de engenhos. Sesmarias. Acará. Século XVIII-XIX.

* O presente artigo é produto do projeto de pesquisa: Colonos, camponeses, sitiantes e fazendeiros no Pará dos séculos XVIII e XIX

** Doutora em História. Professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA. Coordenadora do Projeto Integrado Trabalhadores e Sociedades Agrárias no Grão-Para: rupturas nos séculos XVIII e XIX financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico _ CNPq e PROPESP/UFPA.

Introdução

O século XVIII representa para a formação do campesinato regional um momento chave na sua história. Um mundo agrário torna-se complexo, primeiro com a dissolução do sistema de aldeamento missionário e o arranjo das unidades familiares em estruturas relativamente autônomas de produção e consumo que se somam ao conjunto de planos de expansão da agricultura comercial sob responsabilidade de colonos, ambos pressionam e provocam a incorporação gradual de novas terras dedicadas a agricultura, em alguns casos, com inovação de gêneros e métodos de cultivo. O universo de relações sociais e étnicas é tecido por novas cadeias de dominação. O Estado intervém na organização agrária, ampliando o grupo de trabalhadores colonos, lavradores migrantes, de sesmeiros e donos de engenho e especialmente de escravos, colocados à frente dos empreendimentos que deram suporte ao comércio colonial; favorece ainda etapas de beneficiamento e o transporte de determinados gêneros. Em regra, o pensamento de uma agricultura, obra civilizatória, contrapõe-se aos sistemas extrativistas que segundo a observação das autoridades seriam desregrados e associados ao não trabalho.

A formação do campesinato, de um mundo agrário no período colonial e de grupos que realizam evoluções diferenciadas revelam-se como problemas teórico e historiográfico centrais. Os modelos teóricos para explicar as sociedades agrárias europeias, especialmente à francesa, consagraram atenção à idéia de mudanças e permanências que depositam ou deixam suas marcas sobre uma paisagem profundamente transformada. Da observação, via fontes documentais diversas, de uma estrutura agrária e do quadro de relações que se modificam, é possível acompanhar a pulsação permanente dessas estruturas, dos sistemas familiares, das paisagens em transformação pelas diversas modalidades de uso de recursos que vão tomando lugar. A *longue durée* como fórmula de apreensão dessas mudanças permite esclarecer as imagens e processos dessas sociedades sob enfoques complementares. A Arqueologia, a Ecologia, a Etnografia, a Linguística, o Direito ajudam a produzir novas questões e certos esquemas de conhecimento.

Uma medida do campo de complexidade da história das sociedades agrárias é precisada a partir do comentário de Dubby. O recuo a épocas milenares para entender relações familiares e técnicas, escreve o autor, coloca numa posição de “balbuciar ou se calar”, pois ele se encontra diante de uma aventura com três vias de interpretação: a primeira é proposta pelos etnólogos. A partir de suas observações, não podemos raciocinar por analogias. Significa que é um contra-senso ver os camponeses do século XVIII com comportamentos próximos aos da metade deste século. A desconfiança viria evitar idéias que se fixam em uma natureza humana e em idênticas pressões ecológicas. O anacronismo pode levar a fixar a atenção no papel do crédito, da moeda, dos discursos sobre camponeses revolucionários ou acomodados.

A segunda aventura de interpretação consiste em chegar ao passado através do presente por falta de documentos da época e ficar sob o impacto de documentos que estão intatos frente aos nossos olhos. O último perigo é representado pela extrapolação. Com estes pontos de vigilância é possível lançar mão de idéias que não se fixaram em relações sociais generalizadas. O que são os sistemas de dominação e como grupos étnicos - índios, brancos pobres, quilombolas, articulam-se, resistem ou negociam seus esquemas de sobrevivência? Sem perder de vista os esquemas globais de explicação é importante conhecer os sistemas de produção, a aparelhagem mental de um campesinato, as hierarquias internas, os sistemas de trabalho, as formas de apropriação e de herança.

Sociedades agrárias e camponeses constituem as categorias que estão no centro do debate e estudos históricos que conheceram maior produção na década de 1940 sob o impacto da revolução agrícola. Contudo, esses estudos tiveram um espectro restrito na historiografia brasileira da época. Foi necessário o decorrer de outras décadas para uma inserção na temática, mas as lacunas regionais continuam sendo enormes. Neste trabalho enfoca-se a ocupação das terras do Baixo Acará sob a perspectiva, de um lado, da formação de estruturas camponesas, de outro, de empreendimentos agrícolas (engenhos) com base no trabalho escravo, articulados ao processo de ocupação e de delineamento de formas de apropriação neste círculo de agricultura. Os materiais privilegiados nesta análise são, de um lado, as cartas de sesmarias concedidas desde 1707 até 1824 distribuídas nos espaços banhados pelo rio Acará e seus afluentes, de outro, a base demográfica que constitui o recenseamento de 1778 e ainda documentos organizados nos códices da correspondência de Diversos com o Governo, e do Governo com a Metrópole.

1. Eixo da ocupação

Na primeira centúria da colonização portuguesa, no estuário do rio Amazonas, a ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, então, o principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola. O Pe. João Daniel no seu Tesouro Descoberto do Rio Amazonas, escrito com base nas observações realizadas nos anos 1740 apresenta uma explicação para este processo:

Todos estes quatro rios Moju, Acará, Guamá e Capim, são os mais bem povoados de todo aquele Estado, não tanto pela bondade das terras, pois em todo o Estado são as mesmas, quanto por estarem na vizinhança da cidadesão os mais bem povoados, e também os mais alegres, e os que provêm de viveres os mesmos moradores da cidade (Daniel, 1976: Tomo I, p. 286).

Vários engenhos e sítios encontravam-se até à distância de oitenta léguas nas terras banhadas pelo rio Moju. As terras baixas do rio Guajará (nome que também recebia o rio Guamá) foram propícias para o cultivo da cana-de-açúcar e estava partilhado por diversos sítios com seus engenhos e engenhocas dedicados à fabricação de açúcar e aguardente. Esta atividade também foi igualmente dominante nos rios Capim e Acará que contavam dezenas de sítios, de engenhos e engenhocas.

Quais às marcas da ocupação da terra e das estruturas agrárias, originadas no oitocentos, que se encontram no Baixo Acará do século XIX e em décadas mais recentes? Fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou

com base na agricultura, atividade dominante, no extrativismo e muita pouca criação. Todas as unidades se distribuíam as margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém. O horizonte e atos mais definitivos da ocupação partem da cidade, isto é verdade no tocante a solicitação da partilha desse espaço, através da concessão e confirmação de sesmarias, repassada através da Carta de Sesmaria aos interessados pelo Provedor da Fazenda Real e do número de donos de engenhos e sítios que viviam em Belém.

Que posições detêm os camponeses, sitiantes e agregados na estrutura fundiária e que movimentos esta experimentou no decorrer de dois séculos? Os primeiros tempos da colonização neste círculo mostra a concessão de sesmarias de uma e mais léguas, favorecendo a concentração relativa da terra. No Baixo Acará entre 1707 e 1754 registram-se 68% dessas concessões e, até o ano 1823, quando encerra esse regime de apossamento da terra houve uma tensão latente entre os pequenos e grandes donos de sesmarias. O novo século é um movimento de retração com rupturas e estrangulamentos desse sistema, de um lado, aumentando o número de arrendatários e agregados, de outro, revelando as situações de absenteísmo entre os grandes sesmeiros.

O Baixo Acará foi um dos centros da produção canavieira do Estado do Grão Pará desde quando se iniciou a concessão de sesmarias, até fins do século XIX. A primeira sesmaria foi recebida por João Ferreira Ribeiro, talvez de três léguas. Era o ano 1707. Desde então, desenvolveu-se uma agricultura articulada a um conjunto de engenhos, engenhocas, dependendo do trabalho dos sítios de pequenos e médios sesmeiros, de arrendatários e agregados. Passou a ser uma das áreas mais povoadas desde a fase inicial da colonização concentrando, também, um número importante de escravos, mas também de agregados e arrendatários.

A região do Baixo Acará é uma lacuna como caso de estudo da história agrária do Pará, encontrando-se pouquíssimas referências. Geralmente estas se apresentam em estilo resumido, secundário, fora de um esquema interpretativo. Aliás, raramente é possível encontrar análises desta natureza na história regional. Igualmente, poucos estudos focalizam as situações agrárias mais recentes. Pouco foi acrescentado sobre esses cultivadores, agregados de fazendas que contestaram o poder dos proprietários inclusive além do seu mundo como indica Raiol (1970). A região do Acará notabilizou-se no século XIX pelo número de escravos¹, por quilombos formados e intrincados nas matas e ainda pelo estalido de uma revolta de cultivadores que a historiografia insere na gesta revolucionária da Cabanagem.

¹ Por volta do ano 1823, conforme dados organizados por Baena, a população escrava era de

2. Ocupação das terras do Baixo Acará

A ocupação das margens do rio Acará, com suas águas mansas e de fácil navegação através de seus canais, foi efetivada nos primeiros anos de colonização portuguesa, conforme registram Roque e Manoel Dias Nunes. Roque afirma sobre o rio Acará: “Não demorou muito após a chegada de Caldeira Castelo Branco à Belém, para que seus aventureiros explorassem suas margens, ricas em terras férteis e madeiras de Lei “ (Roque, 1967: 49). Idêntica razão para sua ocupação rápida é assinalada por Manuel Dias Nunes que informa do interesse na extração de madeiras reais de suas margens que existiam em abundância, ademais de possuir bons terrenos para a lavoura. O rio Acará que deságua no Moju dizia João Daniel (1976, t. I, p. 47) metia medo aos navegantes com sua grande boca, mas pouco acima dava a conhecer a sua “pobreza porque apenas será de oito dias de navegação”, com esta referência de distância e tempo de navegação se deduz a facilidade para atingir essas terras. Toda essa combinação de vantagens incentivou a elevação da antiga aldeia à condição de vila, em 1758, recebendo o nome de São José do rio Acará (Dias, 1970. v. 2, p. 79)

No século XVIII, o mundo rural desta região, aqui definida como o primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém, é descrito em termos de uma certa opulência por João Daniel. A descrição do rio Moju projeta-se como cenário também dos rios Acará, Capim, Guamá e ainda o Tocantins:

Estão estes sítios, que mais merecem o nome de boas, e grandes quintas, sobre as margens dos rios: porque para o centro só há vivenda de bichos e feras. Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos destas quintas ou sítios, que fazem ua muito alegre perspectiva aos navegantes; e com mais razão se pode chamar grandes, soberbos e magníficos palácios, do que casas de campo: e em muitos tem os seus moradores boas capela, e igrejas, ainda que só em algum mais cômodo acodem ordinariamente os moradores daquele rio como a freguesia onde sempre assiste o seu pároco. E posto que alguns moradores têm tantos escravos, ou fâmulos, que podiam constituir uma pequena vila, contudo em nenhum destes rios há vila alguma formal, ... (Daniel, 1976: Tomo I, p. 286).

Por longo tempo esta paisagem de sítios e quintas continuou sendo dominante sobre um componente urbano mais de Belém do que daquela vila. A exploração das madeiras de lei, das florestas banhadas pelo rio Acará, foi a primeira atividade organizada pelos administradores coloniais. As Fábricas Reais de Madeira organizam-se no último quartel do século XVIII e abasteciam o Arsenal de Belém e parte importante do produto era exportado (Rocque, 1967, Angelo-Menezes, 1998, 1999). Essa exploração chegou a produzir no decurso de várias décadas a extinção de espécies, o que ocorreu com o piquiá (*Carycoar vullosum*), madeira resistente utilizada para construção de navios. Faltando angelins (*Dinizia excelsa*), paus-d’arco (*Tabebuia serratifolia*) e o próprio piquiá solicitavam-se nas povoações que funcionavam em rede de abastecimento. As fábricas instalaram-se em Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, Conde, Baião, Beja, Cametá, Acará ou no Moju; nestas três últimas instalaram-se as maiores fábricas e igualmente se têm os registros de rápido esgotamento das espécies citadas (Angelo-Menezes, 1998, 1999).

A Fábrica Real do Acará praticamente teria ficado inviabilizada em 1796, quando a distancia entre esse empreendimento e as florestas estabeleceram um limite intransponível. Esta foi uma das explicações, porém outras foram centradas sobre o papel do Diretor da vila enquanto agente de recrutamento e controlador dos trabalhadores. As autoridades lhe criticaram por “não fazer diligências com regularidade” nem evitar as fugas dos índios, com isto tendo diminuído os braços disponíveis para os trabalhos da fábrica (Idem: 136).

Esses empreendimentos arregimentavam trabalhadores indígenas empregados no corte e retirada das toras da floresta. O reservatório desta força de trabalho encontrava-se nos Lugares de Índios e as autoridades realizavam trocas de mão-de-obra por serviços de arraste de madeira para abastecer as fábricas². Na segunda metade do século XVIII a freguesia destacava-se pelo número de escravos e uma paisagem agrícola. Dos gêneros cultivados nas freguesias de São José do Rio Acará, São Domingos do Rio Guamá, Santa Ana do Rio Capim e Espírito Santo do Rio Moju constavam café, arroz, cacau, açúcar, aguardente, milho e farinha conduzidos para o mercado de Belém ademais das madeiras de construção, boa parte delas exportadas para Europa.

Qual foi a base da riqueza destes moradores? Tudo indica que sua origem estava no cultivo e beneficiamento da cana de açúcar apesar da visão negativa de um observador como foi o Pe. João Daniel que lamentava a sorte do ‘açúcar’ pois

podendo ser um dos mais preciosos gêneros daquele Estado, e com que podiam enriquecer todos os seus moradores, é tão grande a sua discoriosidade, que apenas no circuito, e vizinhança do Pará há alguns poucos engenhos dele; e esses poucos mais o são no nome, que na realidade porque o seu maior tráfego, no pouco tempo, que moem, é mais para águas ardentes, do que para açúcar...”

Engenho e engenhoca, está ultima somente se ocupava de fabricação de aguardente³. O plantio da cana de açúcar organizou não apenas o trabalho escravo, mas foi o elo entre o cultivador e o dono de engenho ou engenhoca. O engenho, segundo o modelo português, precisava de muita escravatura, de servidores e de máquinas, segundo João Daniel, que imediatamente faz reparos com base na experiência da China onde essa cultura mostrava alto rendimento sem escravos, contando com instrumentos manuais e ainda assim possuía longa durabilidade. No vale do Amazonas, havia observado o religioso, as plantações não duravam mais do que cinco a sete anos. O ‘erro’ no seu entender era a escolha da ‘borda dos rios’ e não a terra firme para este cultivo onde poderiam se abrir canaviais perpétuos (Daniel, 1976: Tomo I 383-385).

O Baixo Acará foi uma das zonas da produção canaveira do Estado do Grão Pará desde quando se iniciou a concessão de sesmarias, até fins do século XIX, articulada a um conjunto de “quintas, sítios e herdades” que se mostrariam interessantes para o mercado da capital (Daniel, 1976:

² Angelo-Menezes registra a partir de um documento de 1798 um exemplo de troca realizada por Joaquim Vicente, morador do Acará (Angelo-Menezes, 1998: 128-129).

³ João Daniel observa sobre a primeira destilação – a da cabeça, como mais refinada, as seguintes correspondiam as cachaças ou aguardentes objeto de contrabando e contravenção. (João Daniel, 1976, T. I, p. 385)

T. 2, p. 372). A importância da cana-de-açúcar ficará em evidência pela área cultivada e o número de engenhos e engenhocas que se encontravam nesta zona. Esse cultivo era feito, como menciona João Daniel, em terras alagadas com uma produção dependente do ritmo das vazantes.

As “lavouras” de mandioca, macaxeira, algodão coexistiam com a cana-de-açúcar e o cacau. Produzia-se, com maior resultado comercial a farinha de mandioca, o Acará alimentava os trabalhadores indígenas distribuídos entre as feitorias dos colonos. No sistema de produção costumava consorciar-se a mandioca com o arroz, os gêneros mais importantes para o consumo local. Plantava-se pouco de feijão e milho e o cacau tinha discreta presença.

Em 1729, a Coroa proibiu a utilização de mão-de-obra indígena nos canaviais, engenhos e áreas de cultivo do tabaco e os cultivadores foram pressionados para adquirir o escravo de origem africana⁴, introduzido, anos depois, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Os produtores de açúcar e aguardente, do vale do Tocantins e do Acará, tiveram facilidades para adquirir escravos de origem africana com a montagem do mercado de escravos organizado pela Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755-1777) responsável pela importação. O tamanho do plantel faz acreditar que os preços não foram proibitivos e tiveram favorecimento por residir ou estar próximos de Belém. O sistema de venda da produção agrícola e extrativa por conta da compra de escravos pela Companhia funcionou apesar dos *poucos cabedais* da maioria dos *colonos*, entretanto manteve-se a procura de trabalhadores indígenas, que identificaram como seus “servos”. Na fase de atuação da Companhia a ênfase na produção açucareira é mais notada na região Tocantina, incorporando um número importante de escravos africanos, mas também de agregados que juntos representam três terços da população e estavam subordinados aos beneficiados pela concessão de sesmarias.

3. Sesmarias do Distrito de Acará

A Carta de Data de Sesmaria⁵, para os historiadores elementos tem ampliado a base de discussão sobre a formação econômico-social brasileira, o quadro de formações da propriedade da terra e o papel da propriedade fundiária na transição para o capitalismo (Smith, 1990). A dimensão histórica aprofunda-se quando esses documentos são inquiridos para analisar processos de ocupação, espacializações de categorias sociais, de sistemas agrários, portanto, enquanto discurso em si de uma dada realidade agrária e tempo.

A economia agrária colonial dominada por Belém mostra-se como um mosaico da terra através desses documentos. A cidade dominando o mercado das produções e dos trabalhadores fez do primeiro círculo agrícola - abrangendo os rios Guamá, Moju, Capim e Acará - o mais representativo

⁴ Ver Azevedo, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 2ª ed. 1901. P. 240

⁵ Entre os advogados agraristas este documento tem um padrão de uso muito limitado para confirmar no presente dimensões e localização de terras, na maioria das vezes as disputas sobre área e limite as torna documento sigiloso, como se constata no Arquivo Público do Estado do Pará.

das pressões sobre a terra no período colonial. A leitura atenta de 61 documentos de sesmarias⁶ vêm mostrar uma diversidade de situações suscitadas pela quantidade de informação que cada Carta contem, a exemplo: Quantos engenhos e donos de engenhos havia no rio Acará? Quantos tinham sítios e como se organizava o trabalho nessas unidades? Quantos lavradores sem terras e de quem alugavam terras? O que chamaram sobra de terra? Qual a área distribuída por rio, igarapé e como se havia produzido uma falta a terra? Quantos sesmeiros estavam ausentes e como interferiam nesse mundo rural? Como se processou a distribuição de sesmarias? E por último, quem ficou de fora?

Essas informações cruzadas levam a uma primeira observação havia no rio Acará ‘falta de terras’ interpretadas pelo aumento de demandas por “sobras” de terras, interstícios entre igarapés e uma incessante ampliação de áreas que permitiriam ampliar os canaviais, as “terras para o cultivo dos escravos” e os terrenos de lavoura, avançando sobre as denominadas terras devolutas. Trata-se de falta de terras em uma situação de abundância que se explicaria pela densidade econômica colonial (Smith, 1990: 160) e que se vincula a organização do trabalho.

A primeira concessão de sesmarias no Baixo Acará é de 1707 e as últimas foram concedidas para seis solicitantes. Delas, a concessão mais tardia beneficiou a Felix Antonio Clemente Malcher em dezembro de 1824, tardia posto que esse estatuto havia sido revogado em 1822 e com isto o estado sai de cena na questão de ordenamento legal da apropriação da terra, facultando o franco apossamento (Smith, 1990, Santos, 19).

Uma parte dessas solicitações para o rio Acará declarava a finalidade de cultivo de cana-de-açúcar, cacau, algodão e farinha num esquema de agricultura comercial girando em torno do trabalho de pequenas e médias unidades e de dezenas de sítios dos quais dependiam os engenhos e engenhocas. Manoel Francisco de Miranda introduz em 1724 uma petição sobre novas terras, a saber meia légua de terras na parte direita do igarapé Uaçu; ainda, à margem esquerda um quarto de légua. Seguindo para o ‘centro’ onde estava estabelecido desde 1721 pediu mais meia légua. Acrescentou que o acesso a esse terreno tinha sido através de compra e declarava a existência de um pleito anterior sobre ele. A quarta área pretendida representava um quarto de légua para o centro e duas para o igarapé acima, abrangendo ainda algumas ilhotas de terra firme, pois parte dessa superfície possuía áreas alagadiças. Os pesqueiros e a exploração de madeira deveriam estar incluídas na concessão. Justificava o pedido pela produtividade das terras, através de criações e plantações de algodão que teriam rendido à Fazenda real cerca de mais de 60 mil contos por ano. Por falta de outros registros pouco sabemos do controle e posse do trabalho desse sesmeiro. Manoel Francisco de Miranda acrescentará “*Para outras lavouras não há na tal terra em que se façam (lavouras) pois em tão limitado tempo se acabaram*”. Esta declaração sugere a rápida valorização econômica dessas terras.

Talvez, vizinho de Manoel de Miranda, no igarapé Uaçu, o peticionário Vicente Xavier de Castro, em 1742 solicita duas léguas de terras devolutas que estavam limitadas, nos fundos, pelo

⁶ Angelo-Menezes, Maria de Nazaré. Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000. Este documento apresenta a transcrição das Cartas de Sesmarias localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará referentes ao Tocantins.

Engenho Acará. Castro era morador da cidade de Belém e possuía “bastante servos”. O seu interesse era fabricar roças e plantar cacau. A categoria “servos” indicava controle do trabalho talvez de índios e não de escravos. João José Roiz, solicita em 1781, terras no Distrito do Acará informando igualmente possuir “vários servos”.

O discurso de “não haver mais terras para fazer lavouras” recobre uma série de causas: a invasão das terras pelas formigas, a existências de superfícies alagadas⁷ que obrigava a avançar em direção aos “centros”, a menor quantidade de terras para a lavoura (mandioca, arroz) e a abertura de novas áreas para o plantio de cana-de-açúcar e cacau destinados ao mercado de exportação.

O movimento de repartição das terras do Acará segue uma espécie de ondas. De 1707 a 1750 concederam-se 24 sesmarias, praticamente uma a cada ano, com exceção dos anos 1725, 1729 e 1731, e representavam, aproximadamente 151.932 há. Significativamente registra-se uma pausa de quase 14 anos, até 1764 para reiniciar um processo de distribuição. Como explicar essa pausa e se esta ocorre para todo o Grão Pará? Os dados de Angelo-Menezes para o vale do Tocantins permitem observar esse vazio para Cametá, Mojú, Igarapé Miri, Abaetetuba, enquanto Beja, Baião, Barcarena a distribuição de sesmarias ocorre depois de 1764, acompanhando a segunda fase de concessões das maiores freguesias do vale do Tocantins, o que indica que os lugares de índios secundavam esse esquema de apossamento das terras. Esta indefinição institucional ocorre durante o governo de Francisco Xavier Mendonça Furtado que preteriu as doações de terra.

Os sesmeiros do Acará mostraram preferência por morar na cidade, de tal forma que, a metade dos que receberam terras na primeira fase apresentam-se como “moradores da cidade” e vários deles estão ampliando seus domínios, como fez Izidoro Pestana Travassos que havia recebido há muitos anos atrás, terras do seu cunhado com 1000 pés de cacau plantados, e em 1728, solicitava outro lote no igarapé Jenaibaupa. Manoel Serrão de Castro, “cidadão” de Belém, possuía um engenho de fabricar açúcar e requeria terras para plantar cana. Outro grupo não possuía terras ou eram alagadiças e inúteis para plantar, segundo sua justificativa, outro tinha muitos filhos e morava na cidade solicitando terras para fazer lavouras no distrito do Acará. Domingos Serrão de Castro, proprietário de um “Engenho Real de fazer açúcar” por não ter terras suficientes para plantar canas solicitava “sobras” de terras. Em síntese, os procedimentos estavam em pauta eram a ampliação da propriedade e, em vários casos, resultava no estabelecimento de médio ou grande domínio, que podia criar raízes em lugares diferentes ou de adquirir pequenos terrenos de frações de légua.

Se havia um grupo que ampliava seus domínios o grosso era de lavradores sem terra. Das 61 Cartas, trinta e um solicitantes estavam nas situações seguintes: 19 tinham possibilidades para plantar, mas não possuíam terras; um lavrava em terras alheias, três estabelecidos em terras mas não eram deles. Contando os anteriores com os dois que diziam ter servos, mas estarem sem terras, mais os sete donos de escravos sem terras completam-se trinta e dois que se apresentaram ante as autoridades para

⁷ Evidencia-se uma contradição entre esta justificativa e a descrição feita pelo Pe. João Daniel sobre o método de cultivo da cana-de-açúcar que conforme se citou antes era feito em terras alagadas com uma produção dependente do ritmo das vazantes.

reclamar esse benefício, talvez pela primeira vez. Nesse número inclui-se o Manoel de Moraes Bitancour que tinha

terra e plantava mas beneficiava em engenho alheio. A distancia daquele engenho propriedade de Hilario de Moraes Bitancour⁸ e a qualidade das terras, o fez pedir duas léguas na região de Morotipitanga. Na confirmação dessa Carta esclarecia-se que ali existiu deste “tempos imemoriais” um engenho que pertenceu a sua mulher.

Manoel Raimundo Alvares da Cunha possuía um *grande número de escravos* na lavoura e recebeu (em 1786) no igarapé Cataianduba, margem esquerda do rio Acará uma légua de terras devolutas com base nessa argumentação. Marcelo Paulo Corrêa possuía 30 escravos e recebeu (em 1797) meia légua de terras no igarapé Janipaúba. Esses donos de escravos alegavam uma situação de “falta de terras”.

Entre 1765 e 1824 aumenta a quantidade de concessões - de 24 para mais 35 uma diferença de 11 sesmeiros a mais, enquanto a área delimitada pelas novas sesmarias sobe de 151.935 para 224.878 ha. Podia se pensar numa incorporação discreta das terras devolutas ao controle particular. Também, no decorrer de um século, os engenhos estariam estabilizados em menos de dez unidades. As Cartas identificam sete donos de engenhos, enquanto o recenseamento de 1778 indica a existência de dez donos de engenhos entre os cabeças de família listados. Aliás, os dados do recenseamento fazem pensar numa estagnação do número de lavradores.

Em estudo realizado sobre a *História social dos sistemas agrários do vale do Tocantins*, Ângelo-Menezes registra, no intervalo de mais de cem anos de 1707-1824, a doação de 2.178 sesmarias concedidas e confirmadas. Destas, 1523 foram concedidas nos primeiros trinta anos, significando 70% do total. No vale do Tocantins essa distribuição guardaria as proporções do Estado do Grão Pará. Nesta região, a organização de sistemas de produção com forte vínculo com Belém, favorece a formação do mercado interno e os agentes – fazendeiros e comerciantes pressionaram por essa distribuição e concomitante controle da terra.

Tabela 1. Concessão de sesmarias no Estado do Grão Pará e Vale do Tocantins 1707-1824

Período	Numero de Concessões no Grão Pará	Número de concessões Vale do Tocantins
1707-1754	1523	139
1778-1784	303	29
1785-1814	232	50
1815-1824	120	27
Total	2178	245

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Angelo-Menezes, Maria de Nazaré, 1998 (p. 261, 262)

⁸ O então Capitão Hilário de Moraes Bitancour era filho do Mestre de Campo João de Moraes Bitancour, que junto com o filho Alferes João Maria de Moraes contavam 352 homens nos campos e no engenho, entre os que estavam no eito e no engenho. Hilario Bitancour é objeto de uma severa crítica de parte do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que o inclui entre aqueles que imobilizavam uma grande quantidade de escravos para uma plantação irrisória.

As vilas de Acará e Mojú foram as mais favorecidas, recebendo cada uma 64⁹ e 79 sesmarias respectivamente. No Acará esses sesmeiros tiveram sob seu controle 376.810 hectares, superfície bem maior que a dos contemplados no Mojú que dispuseram de 284.592 hectares (Angelo Menezes, 1998, 265).

O ato de concessão da data de sesmaria devia ser completado administrativamente por um documento de confirmação. Neste ponto, revela-se uma diferença entre as vilas, apesar dos concessionários deter poucos documentos de confirmação, foi em Mojú onde esta providência foi tomada, com 23 confirmações para somente 13 dos sesmeiros do Acará.

Que elementos de espacialização mostram esse apossamento das terras no Baixo Acará? A distribuição das concessões por rio ou igarapé indica uma ocupação mais rápida em determinados setores. No rio Acará Miri foi concedido o maior número (12) de sesmarias. O concessionário melhor aquinhado recebeu uma data com o equivalente a 4.356 ha e também era morador deste rio. Um lote de “terras reais” estava situado no igarapé Araxituba, com uma superfície igual à anterior. Os pequenos sítios estiveram localizados no igarapé Boyacorara. Desta distribuição de sesmarias depreende-se certa concentração de escravos e mais do que eles a organização do trabalho em unidades familiares.

O rio Acará, em seus vários segmentos e denominações foi objeto de partilha entre os sesmeiros. No igarapé Guajará identifica-se uma data com 1650 ha contando com 1600 pés de cacau. No igarapé Jacarequara começa cedo a abertura de roças de mandioca combinando com o cacau. As sesmarias maiores alcançaram um tamanho de 19.602 ha, apenas uma das listadas. Oito sesmeiros chegaram a concentrar cada um 17.424 hectares. Encontram-se 6 dessas datas com 13.608 ha.

Adotando como intervalo de 6.000 a 13.000 ha para classificar as de tamanho médio incluem-se nove beneficiados. Um grupo que correspondia ao tamanho de 1 x 1 braça, totalizando 4356 ha chegou a constituir a terra concedida a oito sesmeiros. Enquanto 14 estavam situados na faixa compreendida por pequenas áreas de menos de 1 há, é pouco freqüente, os grupos com até 3.267 ha. Trata-se de uma estrutura de terras concentrada que resistiu à fragmentação até a metade do século XIX quando se esfacelou por força de movimentos de contestação do domínio da terra.

Também com base nas listas de sesmarias da Vila do Acará que constam na tese de Angelo Menezes, na parte de anexo, é possível realizar, a partir do agrupamento correspondente ao Acará, uma série de relações entre as áreas ocupadas e os produtos agrícolas. Os sesmeiros enumeraram como seus cultivos mais freqüentes: a cana de açúcar, cacau, arroz ou a combinação mandioca e cacau, gado e algodão. Somente nas várzeas e ocupando pequenas áreas se fazia colheita de arroz. No igarapé Catanhanduba havia sesmarias com tamanho que variava entre 1.089 e 2178 hectares. Nelas plantava-se feijão e milho, ademais da mandioca.

A cana-de-açúcar é o produto-rei desta economia, considerando a área ocupada pois domina 68.390 hectares sobre a superfície de 372.454 ha que correspondia ao conjunto de sesmarias. No

⁹ No Documento de Sesmaria antes citado não foram transcritas todas, o que de fato não coincide com a listagem elaborada pela autora no trabalho elaborado em 1998.

conjunto da área destinaram a cana de açúcar 71% . Menores extensões de terras foram destinadas à pecuária e cultivo de algodão que ocuparam o segundo lugar. Portanto, mais de um terço da superfície total correspondente ao Distrito de Acará estava sendo destinado a agricultura de tipo comercial e muito pouco para pecuária ou produção de alimentos.

O cacau foi pouco expressivo na economia dos sesmeiros, enquanto as roças de legumes contando como principal produto a mandioca correspondiam a menos de 5% das área. Este detalhe é significativo e leva a pensar que a região do Acará eventualmente compraria farinha de outras vilas ou que os plantadores de cana-de-açúcar não declararam a superfície destinada a cultivos para o consumo.

Tabela 2. Destinação agrícola das terras concedidas (sesmarias) 1707-1824

Atividade agricultura e pecuária	Área (há)	%
Cana de açúcar	68.390	71,9
Cacau	2.739	2,9
Gado bovino e algodão	19.602	20,6
Roça	4.356	4,6
Total	95.087	100,00

Fonte: Tabela organizada a partir de listas que constam dos anexos da tese de Angelo-Menezes (1998).

A Coroa obrigava ao sesmeiro a declarar condições materiais para explorar a terra e, uma delas era a posse de escravos. Se a maioria deles não atingiu a classificação de “rico” ou de “possibilidade inteira” dentro das categorias de identificação da riqueza utilizadas pelos recenseadores de 1778, desfrutaram da colonização que lhes facilitou terra, trabalho e poder, a combinação que Ferlini¹⁰ frisou no estudo sobre os engenhos no Nordeste colonial.

4. Camponeses e Donos de Engenho

Contar os homens foi uma obsessão da metrópole em relação ao Estado do Grão-Pará. Nada menos que cinco recenseamentos gerais foram feitos entre 1773-1797 com uma regularidade que impressiona (73; 78; 83; 88-89 e 97) conforme indicou Kelly (s.d). Com base no censo de 1778, confere-se que viviam na freguesia de São José do Rio Acará 979 habitantes, anotando-se os dados de sessenta e uma cabeças de família, com o detalhe de vinte e três terem sido classificados como “fregueses da cidade”

Homens e mulheres distinguidos conforme seus ofícios revelam duas categorias¹¹ importantes: 41 eram *lavradores* e 10 foram identificados como *senhor ou senhora de engenho*. Seis deles mostraram preferência pela cidade onde se contaram como fregueses. Essa preferência dos senhores de engenho coincide com a dos lavradores com maior número de escravos.

Se entre os senhores de engenho todos tinham escravos, no grupo de lavradores observa-se outra composição. Existiam 28 lavradores donos de escravos e 14 sem nenhum. O primeiro grupo tem perfil diferenciado, todavia esse elemento que tende a homogeneizá-los – a posse de escravos -

¹⁰ Ferlini, Vera Lúcia Amaral. Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo, Brasiliense, 1988

¹¹ As outras categorias profissionais eram um mercador, um cabeleireiro, carpinteiro (3) e cinco sem ofício declarado entretanto tinham como emprego de Alferes Auxiliar (3), soldado auxiliar (1) e um vigário.

esconde uma distribuição pouco simétrica. Um quinto tem entre 1 a 3 escravos. Outro dado significativo é o fato desses donos de escravos poucos terem assoldados (somente 14). O esquema de incorporação dessa força de trabalho as unidades produtivas mostra uma evidente concentração com 12 lavradores que dispunham de 166 escravos para suas lavouras.

Tabela 3. Lavradores donos de escravos

Intervalo	Número de lavradores	Total de escravos
1-5	16	48
6-15	9	90
16-25	1	16
26-35	2	60
Total	28	214

Fonte: Recenseamento de 1778

Qual era a força de trabalho desses 14 cabeças de família sem escravos? Somente um lavrador tinha auxílio para o trabalho da terra com “assoldados” e familiares e doze contavam apenas com a força de trabalho familiar.

Donos de engenho revestem-se de um certo poder econômico, as formas de amassar uma fortuna que os diferencia entre si e com os lavradores, como se observa na tabela. Eram dez quase triplicando os lavradores do recenseamento.

Tabela 4. Donos de Engenhos

Intervalo	Nº. de Senhores de Engenho	Total de Escravos
1-10	2	16
11-25	4	70
25-50	3	123
Mais de 50	1	87
Total	10	296

Produziam cana-de-açúcar e equilibraram os custos de manutenção da força de trabalho escrava com áreas de plantio especializadas em mandioca. Os seus planteis de escravos tinham mais homens do que mulheres - 142 e 79 respectivamente. Já os lavradores têm 34 homens e 38 mulheres escravos adultos. Tinham menos trabalhadores assoldados que os lavradores. Essa distribuição indica uma orientação para o emprego dessas distintas forças de trabalho.

Tabela 5. Lavradores e donos de engenhos assoldados e escravos

Categoria	Total	Assoldados				Total	Escravos				Total
		Homem		Mulher			Homem		Mulher		
		Men.	Adul.	Men.	Adul.		Men.	Adul.	Men.	Adul.	
Lavrador	41	12	34	26	38	110	40	81	31	62	214
Senhor de Engenho	10	15	26	19	34	94	43	142	32	79	296
Total	51	27	60	45	72	204	83	223	63	141	510

Fonte: Recenseamento de 1778

Kelly, com base no Recenseamento de 1788, discute o aumento do número de escravos em seis freguesias rurais, as características demográficas dos planteis (relação de masculinidade), ocupação e níveis de pobreza ou riqueza dos donos de escravos, categoria sócio-étnica e a situação de ausência/presença nas freguesias. No Acará, com base em parâmetros de demografia histórica, essa autora conseguiu identificar 22 donos de escravos¹² morando em Belém, com planteis de escravos pequenos, médios e grandes. Destes, 23% eram donos ausentes e do sexo feminino. Uma das mulheres tinha 87 escravos, o maior número entre os classificados como proprietários de grande plantel. Em vários casos, as terras requeridas destinavam-se a baratear o custo da mão de obra escrava como declarou João Ferreira Ribeiro, dono de engenho, que pedia meia légua perto desse engenho para serem utilizados para produzir exclusivamente alimentos para os escravos.

Outra exceção era um mulato de nome Manoel Serrão de Castro¹³ dono de um plantel médio que tinha 43 escravos no sítio e duas meninas a soldada¹⁴. Essa força de trabalho estava dedicada aos trabalhos do engenho de fabricar açúcar. Na solicitude de 1727, a área pretendida na Carta de Sesmaria detinha limites com as posses de dois desembargadores - Pinheiro Lobo e do defunto Souza Ferreira. Foi o único a ser identificado como “cidadão da cidade”.

O grupo de donos de escravos ausentes é classificado conforme um critério de “possibilidades” que foi elaborado pelo recenseador para hierarquizar os moradores. No Acará, encontravam-se seis donos de escravos pobres, a possibilidade mediana foi atribuída a dez senhores de escravos, e seis estavam classificados como ricos. Deste grupo, 12 tinham como ocupação a lavoura, cinco eram donos de engenho e um de engenhoca. Apenas havia um mercador e quatro não declararam ocupação (Kelly, sd.).

Difícilmente esse documento de terras faz menção à identificação sócio-étnica do solicitante, mas nas entrelinhas toma-se conhecimento de situações especiais. As terras pretendidas por Antonio Feliciano da Cunha e Oliveira receberam uma légua de terras devolutas no igarapé Marequita, vertente do rio Acará, e declarou que estas “terras principiam onde findam as capoeiras das terras do mulato Romão José”.

O movimento da terra, passando de uma mão a outra, está continuamente descrito nas sesmarias e nele se demarcam os sistemas de herança. Manoel da Costa Tavares teve confirmação de meio quarto de légua, no igarapé Jenipauba, que havia recebido de herança de seu pai. Outros recebiam de sua mulher, do cunhado e buscaram ampliar o patrimônio. Vitória da Silva, viúva, solicitou, em 1728 cerca de duas léguas de terras devolutas, às margens do rio Acará-merim, em favor de Maria da Silva, a quem criou e pretendia casar para o cultivo de suas lavouras. As condições de

¹² A tabela organizada pela autora mostra cinco proprietários de escravos do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Destes 21 eram brancos e o mulato que constitui exceção. Quanto ao tamanho do plantel, os pequenos (de 1 a nove escravos) eram 8: os médios (de 10 a 49 escravos) somavam 12 e existia uma única proprietária de 87 escravos classificada como grande.

¹³ Manoel Serrão de Castro foi recenseado em 1778 aparecendo como senhor de engenho, lavrador, com sesmaria na boca do rio Acará, plantava cana e fabricava açúcar com auxílio dos seus 29 escravos (Velloso, 1998: 23). Em 1788 havia quase duplicado seu plantel, vivia na cidade e era um dono de escravos ausente.

concessão eram para usufruir com todos seus herdeiros, ascendentes e descendentes, tendo como obrigação: o dizimo. Não podia transferir em momento algum, a ninguém, ou nenhuma comunidade ou religião, sem antes comunicar ao Provedor. Devia reservar os “paus reais para embarcações, cultivando as terras, abrindo caminhos públicos e particulares, onde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras e se comprometia a fazer a demarcação com cordas e braças craveiras”.

Tensões e conflitos entre proprietários de sesmarias e arrendatários ficaram menos visíveis nesses documentos. Miguel Antonio Domingues recebeu um quarto de terras de frente e meia de fundos, no rio Acará, do lado direito do igarapé Boiaquara; essas terras seriam de grande utilidade para Miguel Antonio que possuía escravos, mas ao *utilizar terras de outros, pagava muito caro pelo uso das mesmas*.

5. Demografia do Baixo Acará

O conjunto de povoados deste primeiro *círculo da agricultura* demonstrou um importante dinamismo demográfico. Examinando a região de Belém podemos acompanhar a sua dinâmica demográfica com base em dados apresentados por Dias para 1765 e os dados de Baena (1823) e conferir o comportamento populacional da freguesia rural de São José do rio Acará¹⁵. O seu primeiro registro estatístico indicou uma população de 552 habitantes, entre adultos e menores, maior que as do Moju, Igarape Miri, Abaetetuba (Dias Nunes, 1969; Menezes, 1998). São José do Rio Acará foi uma unidade de administração religiosa dependente da freguesia da Sé, mais populosa que a freguesia da Campina.

A região de Belém, em 1765 tinha 7.914 habitantes (ver tabela) e no intervalo de 13 anos o crescimento foi de menos 8%. O recenseamento de 1778 deu um total de 10.074 habitantes e destes 5623 se encontravam na Freguesia da Sé com suas paróquias rurais – Enhangapi, Guajará, Acará, Jandia Hy, Caraparu, Jacaré Guara. Segundo o critério “possibilidade, 82,6% do tal era constituído de “pobres”, em contraste com 1.5% de “ricos” (Velloso, 1998: 12).

Conforme este recenseamento a freguesia de São José do Rio Acará tinha 38 cabeças de família: 33 do sexo masculino e 5 do feminino, mais mulheres, filhos, agregados, as pessoas a soldadas e os escravos totalizavam 1017 habitantes, discriminados na tabela 2, de acordo com a divisão etária (adultos e menores) e o sexo:

O dado significativo é o número de escravos que representa 56% do total da população. Enquanto entre os escravos a razão de masculinidade é de 1.7 homem para cada mulher. Outra leitura é o número de pessoas a soldada - 210 – que se somavam como força de trabalho controlada, por um grupo dos cabeças de família.

No conjunto de cabeças de família contavam-se ademais dos senhores de engenho e lavradores quatro carpinteiros, um mercador, um sacristão e um caldeireiro. Outro critério de distinção dessa

¹⁴ A soldada constituiu um regime de enquadramento de pessoas de origem indígena, aprovado por portaria oficial e que deveriam prestar serviço por prazo determinado ao favorecido com esse benefício

população era a “qualidade”, onde se mencionam os brancos, mulatos, cafuz, mameluco e índio. Indicava-se o emprego, e neste caso recai sobre a posição na hierarquia militar – de soldado a Mestre de Campo ou a religiosa.

Na freguesia só havia um vigário que tinha escravos e igualmente era sesmeiro. O padre Gemaque teve terras delimitadas, em 1789, no Catanhaquara. O novo padre do Distrito do Acará, Amador Roiz de Andrade solicitou em 1824 uma sesmaria representando que tinha bastante possibilidade para a agricultura mas não possuía terras e aproveitou para solicitar duas léguas no que foi atendido.

No intervalo de 58 anos, entre os recenseamentos de 1765 e 1823, registra-se crescimento das freguesias rurais. O crescimento no intervalo de 58 anos foi importante nos dois tipos de paróquias, entretanto, nas paróquias rurais foi de quase 1.000%. Evidencia das bases de constituição da sociedade e de suas bases de produção agrário-extrativas.

O conjunto que está sendo destacado no primeiro círculo da agricultura do Estado do Grão Pará se revelou importante, mas é sobretudo na várzea e terra firme dominada pelo rio Acará, que se verificam os números mais importantes. Essa freguesia nesse transcurso de tempo multiplicou por cinco sua população (ver Tabela 1). Das paróquias indicadas mostra tendência semelhante a Igarapé Miri que desponta pelo seu rápido crescimento populacional.

O Pe. João Daniel, anteviu antes de 1750, as forças que produziam a concentração em torno de Belém, de unidades agrícolas (sítios e quintas) que não tardaram em ampliar sua base populacional. Este movimento ganhava força com a introdução de escravos para os trabalhos agrícolas. Examinando os dados de adensamento populacional conforme as categorias censitárias: brancos, índios, mestiços e escravos é possível calcular a percentagem destes em relação a população total. No Acará, o percentual de escravos é um dos maiores, somente superado pelas paróquias rurais de São Domingos de Boa Vista, Bujaru, Moju e Igarapé-miri que tinham mais de 50% de escravos sobre o total da população. Precisamente são as áreas onde a cana-de-açúcar tornou-se o principal produto e as engenhocas e engenhos produziam aguardente e sustentaria um sistema de *plantation* no padrão regional.

Fazendas, engenhos e sítios formam elementos importantes da paisagem do rio Acará no século XVIII e parte do XIX. Desde a primeira notícia de concessão de sesmaria, destinada à fabricação de cana-de-açúcar foram somando-se novos empreendimentos como Engenho Real do Acará de João Valente Furtado de Mendonça e sua mulher Dona Tereza de Barro e Silva Pestana Franco; engenho de Itapicuru; engenho de Juassu construído por Manoel de Moraes, pai do Coronel Hilário de Moraes Bittencourt, que levantou a sua custa a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Belém e o engenho Guajará-Miri. Nos códices se encontra a referência ao engenho Bom Intento, pertencentes a Januário Antônio da Silva

No outro polo, um universo de pequenos sitiantes romperam com a tendência de monocultivo e ordenaram um sistema de policultivo (mandioca, arroz, milho, feijão, algodão, café e outros) em

¹⁵ A Freguesia foi criada em 1758, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

pequenas extensões de terra com tendência à dispersão e que não representou fortes pressões demográficas sobre a terra mantendo vínculos regulares com o mercado.

6. Quilombos do Baixo Acará

No ano 1787 são tomadas duas providências no Estado do Grão-Pará, a primeira partiu da Câmara Municipal, dirigida ao governador, para estabelecer em uma das Ilhas da Bahia de Santo Antônio um “Lazareto”, onde seriam obrigadas as embarcações que conduzissem escravos africanos para os portos do Pará a fazer quarenta¹⁶. A outra é uma representação dos “habitantes sobre a força e número dos mocambos em torno da Cidade: e pede força armada para os desbaratar” (Baena, 1969: 217). Esta representação é importante por indicar o lugar dos mocambos e assinalar as rotas que foram abertas em torno de Belém. Transcreve Baena o descrito no documento sobre os ajuntamentos de escravos e caminhos:

Um no Igarapé de Una, para onde há trez caminhos, pelos quaes os Mocambistas torneao a Olaria de Dom João Henriquez de Almeida, saindo à estrada do Maranhão, pela qual entrão na Cidade, encaminhando-se também para a parte do Utinga, atravessando com a mesma facilidade a passagem que vai à Pedreira de Manoel Joaquim: Outro nas vertentes do rio Mauari que descendendo por este rio visinho à Povoação de Benfica, e atravessando a pé do sitio do Pinheiro, vem sair às Ilhas, fazendo também caminho por terra e indo à estrada do Maranhão, pelo qual se comunicação com os outros companheiros, e cortando pelo Igarape Murtucú, vindo ao Guamá se reúnem com os Negros fugitivos, que tem estancia na ilha de Manoel José Alvares Bandeira: Outro mais considerável no rio Anajás composto de escravos, Soldados desertores, e de foragidos. E quatro que estão no rio dos Macacos, um delles nas terras de André Correa Picanço, e o outro nas de José Furtado de Mendonça, Juiz Ordinário da Villa de Chaves, os quaes todos estão combinados com os supra referidos. (Baena, 1969: 217)

A informação pode ser transposta a um mapa deste setor do Pará da época, e o mais importante, relacionar com os povoados em estudo, no presente. A primeira rota corresponde as fugas que partindo da freguesia da Campina, permitiam adentrar-se no “Utinga” e atravessar o rio Guamá para ganhar o rio Guamá, Acará e Moju¹⁷.

Resulta extremamente complexo dar conta das fugas e da formação de quilombos e de certa maneira os dados, no máximo, permitem deduzir as conjunturas de sua formação, as indicações de espaço, pois a certeza de sua localização é tão pequena quanto a de suas dimensões e deslocamentos.

Os *mocambos* do Acará compartilham de questões comuns ao que é mencionado por Baena somente em 1787: estes tiveram sua origem nas fugas das fazendas, olarias e sítios organizados nas freguesias urbanas e rurais de Belém. A frequência de sua organização e o tamanho corresponde à

¹⁶ O medo eminente era de epidemias e já tinham acontecido muito próximas, uma de bexigas e outra de sarampo. Segundo Baena “em tempos há pouco pretéritos morrerão cem mil pessoas” (Baena, 1969: 217).

¹⁷ Na atualidade reconhecesse a existência antiga dessas comunicações entre Abacatal localizada a margem do igarapé Uriboquinha à margem direita do rio Guamá e vizinha do Aurá e Utinga com o povoado de Taperá, situado ao lado esquerda à entrada do igarapé Jacarequará e que corresponde a um setor do Baixo Acará.

importância dos planteis. Aqui relembramos o peso dos escravos neste conjunto de freguesias. A proximidade pode ter tornado esses *mocambos* mais atingidos pelas expedições em determinadas conjunturas políticas ou os mais integrados a economia da capital, de tal forma que favoreceu a sua permanência. Essas hipóteses fazem que o historiador insista em encontrar materiais que ajudem a construir a trajetória de um quilombo, e desta maneira responder, minimamente, a suas especulações.

Os mocambos ou quilombos para além da caracterização, como formados apenas por escravos negros fugidos, reuniam índios e ambos eram seduzidos e compartilhavam idéias de liberdade (Acevedo, 1992). Em torno de Belém existia uma faixa de quilombos e vários deles, muito cedo, aparecem nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá. Os motivos para organizar esses quilombos eram diversos, a exemplo, o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis, a rebeldia individual por castigos, ressentimentos, insatisfações. Fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam num único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e, eventualmente, podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores.

Na região do Acará podemos conhecer o que ocorreu com Raymundo de Oliveira Pantoja que teve sua casa ameaçada de invasão por um mulato e mais quatro escravos armados de *clavinas e facas*. Eles eram propriedade de um capitão de nome Feliciano José Gonzalez e o motivo da ameaça de agressão deveu-se ao fato o capitão Amandio haver feito prisioneira uma negra escrava que havia fugido para o mocambo. O projeto dos escravos era roubá-la e, nesta idéia, insistiram durante três noites. Quem informa sobre este acontecimento manifestava a falta de forças próprias para socorrer. Soldados e auxiliares negaram-se, em 1793, a obedecer e agir nestas circunstâncias¹⁸.

D. Francisco de Souza Coutinho para o Capitão Narciso Maciel Parente. Pará comunica a revolta de índios e possíveis mocambos destes e de pretos:

(...) vou a encarregalho de ir ao Rio Acará com toda abreviada para cuidar em apprehender os índios, que por alli andão infestando aquelles sítios, onde acusão de fazer varias mortes (...)".

"(...) Com todo segredo lhe recommendo muito procure informar-se se por ahi, ou por outros sítios haverá mocambos de pretos ou indios fugidos, fazendo Vossa Mercê neste caso toda a diligencia pelos prender, e remeter a esta cidade informando-me de tudo". (APEP, código 446(atual) 611(antigo) 1790-1792. Correspondência de governadores com diversos: 11 de setembro de 1790).

Desde os antigos quilombos, noticiados por volta de 1790 no Acará ¹⁹ assistia-se ao aumento e adensamento. Na metade do século XIX, os mocambos da região traziam as autoridades e proprietários em constante soçobra. Salles aponta "A região infestada de mocambos era a dos rios Moju, Capim e Acará, e a área próxima do baixo Tocantins" atento o historiador à leitura do jornal O Planeta que noticiava os fatos violentos ocorridos, o que fazia pensar em um clima de revolta. Os moradores do distrito de Bujaru, vizinho do Acará, chegaram a fazer uma representação dirigida à

¹⁸ APEP, Código 259, petição de 07/09/1791, Codice 610 (1788-1790), Portaria para o Capitão Hilário de Moraes Bittencourt, 01/12/1788, Codice 611 (1790-1792), Portaria do Juiz Ordinário de Cameta, 23/12/1790 e Codice 657 (1798) Ofício de 31/1798.

Assembléia Legislativa Provincial “fazendo ver os perigos em que têm suas vidas, e propriedades, se na forem contidos os escravos da fazenda Pernambuco, e outra, pertencente ao Convento de Nossa Senhora do Carmo” (Salles, 1988: 215)

Em 1840, encontra-se no ofício de Pedro Borges de Faria, Tenente Coronel graduado, dirigida ao senhor Raymundo Diniz de Lima, Major Comandante militar do Acará o registro de solicitando apreensão de escravos

"Por ordem superior me foi determinado que expedisse ordem a V.^a S.^a para que (...) faça prender a 12 escravos q. acabão de fugir do engenho Bom Intento, pertencentes a Januário Antônio da Silva, os quaes seduzidos por hum malvado forro da caza q. já se acha preso a ferros nesta cidade, consta já seguirão a reunir-se a mocambos, ou que andão vagando pelo dstricto que V.^a S.^a commanda logo que forem presos faça-os remetter com segurança para o dito engenho ou para esta cidade, conforme for mais comodo do serviço". (APEP, códice 1119 (atual) correspondência do Comandante Geral Militar com diversos, em 30 de Junho de 1840).

Januário Antônio da Silva denúncia a fuga de 12 escravos e o seu direcionamento para um mocambo do distrito. A captura de escravos e o retorno à produção dos engenhos, fazendas e sítios tornavam-se imperativo para reativar a economia local e por extensão da Província.

7. Revoltas Camponesas no rio Acará

O vale do rio Acará estava delimitado por vários sítios: Monte Alegre, São Pedro, Espírito Santo, Boa Vista, Samaúma-Pará, São Miguel, São José, Santa Maria, Guajará-miry ou ainda apresentava outra classificação de logares como o de Tapera. Vários desses sítios têm maior importância, pois neles existia cemitério dos camponeses, ex-quilombolas ou locais dos *cabanos assombrados* e portanto adquirem destaque numa cartografia simbólica²⁰.

No Baixo Acará ocorreram, talvez, os gestos mais desafiadores das estruturas de poder agrário no Estado do Grão-Pará. Esta contestação acompanha-se do declínio da produção canavieira, do refugio de escravos fugitivos para a região do Acará, do estabelecimento de uma ordem de liberdade nesta terra que desde então esteve na agenda de ronda das forças pacifistas.

No século XIX notabilizou-se pelo estalido de uma revolta de cultivadores que a historiografia insere na gesta revolucionária da Cabanagem. Esses cultivadores agregados de fazendas contestam o poder dos proprietários inclusive além do seu mundo (Raiol, 1970). Por que se trata de uma revolta de camponeses e contra que eles se sublevaram?

¹⁹ Ver Santos, Flávio Gomes. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII – XIX)* São Paulo, Campinas (Teses de Doutorado), 1997 p. 63-64

²⁰ Niemeyer distingue a cartografia física e a simbólica. A primeira “produto do trabalho dos técnicos, respeita os limites político-administrativos de unidades territoriais e pretende ser um simulacro visual do objeto representado, é caracterizada pela linha contínua. A segunda é uma expressão de concepções sociais e simbólicas de grupos sociais e/ou de indivíduos a respeito de um território, não admitindo, portanto, cortes precisos, é caracterizada pela linha interrompida graficamente tem a forma de croqui” (Gell, Alfred (1985) apud Niemeyer, 1998, p. 12).

Os dados demográficos e da estrutura social do vale do Acará, assim como dos rios Moju, Capim e Guamá permitem visualizar o século XIX como um mundo camponês sacudido por um tempo de revoltas contra uma ordem econômica e política que se assentou sobre uma estrutura fundiária profundamente assimétrica.

Novas lideranças e renovadas rebeliões sucedem-se e, com mais frequência, identificam-se entre seus participantes os negros rebeldes (APEP, Códice 1107 e 1132/1840-1842). De José Felix Pereira de Burgos presidente dirige uma correspondência a João Paulo dos Santos Barreto, governador das Armas da Província. Palácio do Governo do Pará, para informar sobre a existência de um mocambo de pretos fugidos próximo à uma fazenda, com notícias de roubos e extorsões:

"Havendo-me representado o Tenente Coronel Felix Antônio Clemente Malcher, morador do distrito do Rio Acará, que existe hum mocambo de pretos fugidos imediato à sua fazenda, os quaes fazem roubos e extorçoens aos moradores e passageiros, com já acontecêo a huma canoa de hum tal Valente, morador do referido districto, tenho resolvido mandar aprehender aquelles pretos, e destruir de huma vêz semelhantes cuviz de facinorozos em toda província para o que requisito a V.Ex.^a huma escolta de vinte homens e hum official do corpo de policia, para esta diligencia que deve sahir no dia da manhã. (APEP, código 840(atual) 799(antigo) 1826-1828. Correspondência dos presidentes com o Comando das Armas: 27 de outubro de 1827).

Proprietários de terras médios, senhores de escravos e a elite letrada cultivava aspirações de poder. Toda a região do rio Guamá e seus afluentes estava ocupada por modestos proprietários escravistas, eles entram em cena na Cabanagem. Felix Antônio Clemente Malcher, Tenente Coronel e dono de quatro sesmarias no rio Acará, foi membro da Junta Provisória em 1824 onde denuncia a ocupação de postos públicos pelos portugueses. Os Aranha possuíam terras no distrito do Guamá. Estes, lideranças destacadas da Cabanagem teriam distribuído entre si os escravos abandonados e enviados a suas terras, escrevia em 1835 o Presidente Manoel Jorge Rodrigues. Francisco Nogueira, - o Angelim - se teria fornecido de escravos copiosamente. A falta de escravos para as culturas permitia ver a hostilidade desses médios proprietários em relação aos estrangeiros com quem disputavam o braço escravo. Esse ângulo da luta é importante. O grosso da população do Pará era constituído de escravos e homens livres sem terra, índios destribalizados, negros libertos, mulatos e mestiços. A população escrava estava concentrada ao em torno das cidades e vilas, como Belém, Cametá, Santarém, Óbidos, Macapá e ao longo do Tocantins, do Guamá, do Capim, do Acará, do Bujaru. Os índios e mestiços viviam sobre a costa oriental do Pará, na ilha de Marajó e nas regiões do estuário (Conde, Beja, Oeiras, Melgaço), assim como na região do Tapajós e sobre o alto Amazonas.

A Cabanagem captou as insatisfações de grupos que se apresentavam mais ou menos concentrados. Índios e mestiços se reuniam em cinco lugares principais, também os lugares de reunião dos combatentes. A região de Conde, Beja e Barcarena, na região costeira, de Vigia a Cintra; algumas partes da ilha de Marajó; o Médio Amazonas e seus afluentes e a quinta, a região do Guamá, Mojú, Acará e Capim, que eram os lugares de grandes plantações e de concentração de escravos.

Considerações finais

Sem entrar em elementos de uma comparação, adianta-se neste trabalho que no Baixo Acará ocorrem, talvez, os gestos mais desafiadores das estruturas de poder agrário no Estado do Grão-Pará. Esta contestação acompanhou-se do declínio da produção canavieira e de ações simultâneas de busca dessas terras como refúgio por escravos fugitivos, índios e brancos, entre eles colonos e migrantes de outras áreas. Esta região desperta para o estabelecimento de uma ordem de liberdade ficando desde então sempre sob as rondas das forças ‘pacifistas’.

O mundo agrário-camponês mostra a partir do inventariamento de documentação o camponês, o sitiante, o colono, o fazendeiro, com diferentes universos materiais e mentalidades, reunindo grupos étnicos diversos. A partir destes documentos encontraremos condições de retratar os quadros componentes da estrutura fundiária e de seguir a trajetória de formação de alguns mosaicos agrários dominados por camponeses, a exemplo dos localizados nos rios Moju, Capim, Acará e Guamá. A formação de um campesinato é realizada graças a expansão do capital mercantil.

O historiador Emmanoel Le Roi Ladurie descreve as pulsações da estrutura fundiária como um movimento ou fases de concentração da terra que se fazem acompanhar de redistribuição. Essa perspectiva é útil para pensar a região do Acará. A grande propriedade não foi absoluta, embora foi dominante no início da ocupação colonial. O século XIX é uma fase de expansão das médias e pequenas propriedades. São os sítiantes e agregados que tomam o espaço. Essa composição do século facilita olhar a cartografia e especialmente a tecitura das relações sociais.

O vale dos rios Acará, Capim, Guamá e Moju representaram os lugares de maior concentração de população da província do Pará e em especial com uma forte ruralidade. O Acará destaca-se por essa característica, até o presente. Os mapas de distribuição de sesmarias mostram a forte concentração da terra, o que se explica pela proximidade com a principal cidade da calha do Amazonas e sede administrativa. Essa combinação tornou-se uma fonte de conflitos permanentes entre os trabalhadores sítiantes e agregados e os ‘donos’ das terras. Não se trata apenas de movimentos de massas de dimensões revolucionárias mas a constante agitação e questionamento da ordem política dos senhores de terra.

A abolição da escravidão nada significou para o rompimento das relações de propriedade constituídas a partir do domínio fundiário associadas a esse sistema econômico e social. Os antigos escravos continuaram presos à terra dos seus ex-senhores e os seus descendentes transformaram-se em agregados, obrigados a pagar a renda da terra, somando-se aos mais antigos arrendatários.

Fontes Primárias

Repertório de Documentos sobre os Quilombos no Pará nos séculos XVIII e XIX. NAEA, Projeto de Pesquisa Mapeamento de Comunidades Negras no Pará: Uso da Terra, Território e Descendência, 1998. (94 p.)

Mapa das Famílias, que a excepção das dos Índios Aldeados se achavam existindo em cada uma da maior parte das Freguesias de ambas as Capitánias do Estado do Pará e de sua Possibilidade e Aplicação no ano de 1778.

Arquivo Público do Estado – APEP. Índice Geográfico. Série Correspondência de Diversos com o Governo. Anos 1733-1780. Códice 127 (82); 238 (65,68); 298 (74) e 83 (35).

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1985) Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'Empire (XVIIe - XIXe siècle) Paris, 1985 (Tese de Doutorado apresentada à École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales).

ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na Região Amazônica*. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1973

ALDEN, Dauril Colonial Roots of Modern Brazil. Berkeley, University of California., 1973

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré e GUTEMBERG, Armando D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In. *Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. V. 15, Nº 3, setembro, dezembro.1998. P. 123-146.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins-État du Pará – Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIIIème siècle et la première moitié du XIXè siècle. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial: Agricultura para consumo e para exportação. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontíficia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, EDUC, Nº 18, Maio 1999. P. 237- 260.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Histoire sociale des systèmes agraires das la vallée du Tocantins- Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle et la première moitié du XIXe siècle, Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1998

ARQUIVO NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro, 1928. V. II.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Códice 436, de 16 de julho de 1822.

AZEVEDO João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão_Pará: suas missões e a colonização. 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. 1901.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio Corographico da Província do Pará. Pará, Typ. de Santos e Menor, 1839

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio Corographico sobre a Província do Pará. Pará, Typographia de Santos & Menor, 1839.

BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A antiga produção e exportação do Pará. Belém do Pará, Typ. de Livraria Gillet, de Torres e Comp.1915.

CARDOSO, Ciro Flamarion S: Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

- DANIEL, João Pe. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (1757-1776) Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. 766 p
- DIAS, Manuel Nunes. (1970) A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: (1775-1778). Belém, UFPA, (Coleção Amazônica José Veríssimo).
- DUBY, George e WALLON, Armand. Histoire de la France Rurale. Paris, Editions du Seuil, 1975. Vol. L
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal. In Revista do Instituto Histórico e Geografia, Rio de Janeiro, Tomo 4, 1841.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPQ 1983, 775 p
- GOMES, Flávio dos Santos (1997) A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII – XIX) São Paulo, Campinas (Teses de Doutorado).
- GROSS, Sue A. Agricultural Promotion in The Amazon Basin, 1700-1750 In: Agricultural History Vol 43 N° 2 Abril, 1969 P 269-276
- KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia: Cem anos antes da Abolição. Belém, s.d. (mimeo)
- LE ROI LADURIE, Emmanoel. Les Paysans du Languedoc. Paris, Flammarion, 1981
- MUNIZ, Palma. Limites municipais do Estado do Pará. 1916
- PALACIOS, Guilherme. "Campesinato e Escravidão: Uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, C. 1700-1875", DADOS, Revista de Ciências Sociais, Volume 30, número 3, 1987
- RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (1970), Pará, Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo)
- ROCQUE, Carlos. (1967) Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém, Amazônia, Ed.
- SALLES, Vicente. (1988) O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Brasília: Ministério da Cultura, Belém: Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Cultural Tancredo Neves.
- SANTOS, Roberto. (1980) Direito e mudança social. O problema da terra na Amazônia brasileira. Elaborado para a Conferência sobre Expansão da Fronteira na Amazônia, do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade da Flórida. Miami, mimeo.
- SMITH, Roberto. Propriedade da Terra e Transição: Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990
- SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, C. F. Von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1976
- VELLOSO, Euda Cristina Alencar. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). A escrita da história paraense Belém: NAEA/UFPA, 1998
- VERGOLINO -HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Napoleão. A presença africana na Amazônia Colonial: a notícia histórica. Belém, SECULT,1990

Anexo 1**Distribuição de sesmarias no Baixo Acará. 1707-1824**

Rio ou Igarapé	Hectare
Uaçu (cacau, algodão, carne bovina)	15.246
Morotipitanga (cana)	34.848
Guajará (cacau)	1.650
Meruhú (roças)	4.356
Janipaúba	27.225
Cataianduba	3.267
Murixipitanga	1.089
Itapecuru	11.979
Itapicuru	5.445
Acará-Mirim	87.120
Guaraxituba	3.267
Boyacoara	—
Pindoval Assú	8.712
Cagy	8.712
Catiamba	2.178
Acará Pequeno	19.602
Muritipitanga	2.178
Tapicurú	1.089
Meorim	—
Anapú	—
Mutuoca	13.068
Araxituba	4.356
Maracassumé	43.560
Pitinga	6.534
Mocoi-Assú	17.424
Toré Coara	13.068
Marequita	23.413
Miritipitanga	8.712
Acará	4.356
Total	372.454

Fonte: Elaborado a partir do documento de Angelo-Menezes (2000)

Anexo 2**População da Região de Belém 1765-1823**

Região de Belém / Anos	1765	%	1823	%
Paróquias Urbanas				
Sé	3.775	34,2	5.996	17,3
Campina	4.139	37,6	6.501	18,7
Subtotal	7.914	71,8	12.497	36
Paróquias Rurais				
São Domingos da Boa Vista	721	6,5	1.929	5,6
Rio Capim	233	2,1	1.655	4,8
Rio Bujaru	292	2,7	1.714	4,9
Rio Acará	552	5,1	2.976	8,6
Rio Mojú	208	1,9	3.157	9,1
Igarapé Miri	108	0,9	3.573	10,3
Abaeté	203	1,9	4.064	11,7
Barcarena	—	—	837	2,4
Benfica	192	1,7	985	2,9
Subtotal	2.509	22,8	20.890	60,3
Lugares de Índio				
Conde	377	3,4	400	1,2
Beja	219	2	886	2,5
Subtotal	596	5,4	1286	3,7
Total	11.019	100	34.673	100

Fonte: Dias, Manoel Dias Nunes (1970) e Baena, Antônio Ladislau M. (1839)